

CONSULTAS DA ACNUR ÁFRICA AUSTRAL 2019 COM AS ONG E MÚLTIPLAS PARTES INTERESSADAS

“Abordagem de Toda a Sociedade – Juntos Trabalhamos Melhor”

Joanesburgo, África do Sul

As Organizações Não Governamentais (ONG), a sociedade civil e os refugiados são, todos eles, os parceiros mais importantes das Nações Unidas, e em especial da agência das Nações Unidas para os refugiados (ACNUR), em resposta ao fenómeno do deslocamento maciço forçado. Nunca somos tão eficazes como quando trabalhamos juntos para trazer a compaixão, os recursos e a experiência em resposta às situações humanitárias e de desenvolvimento.

A partir deste ano, a ACNUR está a aproximar-se do ponto de entrega através da descentralização e a regionalização, que colocam os recursos e poderes de decisão mais perto do terreno. Isto fornece-nos uma oportunidade notável de tomar uma abordagem de "toda a sociedade", localmente contextualizada, para a protecção e inclusão de refugiados e outras pessoas deslocadas, e as comunidades que os acolhem. Esta consulta incentivará a discussões acesas entre a nova região sul do ACNUR: Angola, Botsuana, Ilhas Comores, Reino de eSwatini, Lesoto, Madagáscar, Malawi, Ilhas Maurícias, Moçambique, Namíbia, Seychelles, África do Sul, Zâmbia e Zimbabué, a República Democrática do Congo (RDC) e a República do Congo, supervisionando um total de 6.1 milhões de refugiados.

O mundo está actualmente a enfrentar os níveis mais elevados de deslocamentos, desde sempre, em toda a história, com 70,8 milhões de pessoas forçadas a abandonar as suas casas devido a guerra, conflitos internos, seca ou economias pobres. Entre estas são encontrados 25,9 milhões de refugiados, mais de metade dos quais com menos de 18 anos; os restantes são migrantes económicos, e deslocados internos. As pessoas são forçosamente deslocadas a uma taxa de 34,000 por dia devido aos conflitos ou perseguições. Estamos a assistir a um encolhimento do espaço de asilo. No âmbito dos fluxos migratórios mistos, os requerentes de asilo atravessam várias fronteiras nacionais antes de solicitarem formalmente asilo, e em resposta, os países de asilo aumentam as suas taxas de rejeição por motivos injustificáveis, incluindo a utilização inadequada do princípio do primeiro país de asilo. É necessário haver a partilha de responsabilidades de forma a ajudar a aliviar as exigências de capacidade sobre as autoridades locais. Os principais desafios e prioridades de protecção delineados pelo ACNUR na região, têm sido a resposta às necessidades de protecção nos movimentos migratórios mistos; a erradicação de apatridia; a garantia do registo bio-métrico contínuo, e a integração da resposta integral aos refugiados em cada uma das operações na região, em linha com o Pacto Global sobre Refugiados. A liberdade de circulação e o acesso aos sectores formais e informais de meios de subsistência, variam por toda a região. É necessário reforçar a prestação de assistência, a

prevenção e a resposta à Violência Sexual e de género/Análise socioeconómica (VSG/ASE) em matéria de salvamento de vidas humanas, e construir sistemas de asilo justos e eficientes. Com as alterações climáticas como uma realidade diária, iremos debater a forma como entendemos o impacto das mesmas sobre o fluxo actual e futuro de refugiados e pessoas deslocadas, e como é que deveremos responder a isto. Repetem-se vezes sem conta cenas terríveis de refugiados e imigrantes, provenientes de lugares como África e a Síria, afogados no Mar Mediterrâneo, sem se abordarem as causas profundas e os factores desencadeadores dos deslocamentos, bem como dos bloqueios nas políticas de asilo e reinstalação.

Enquanto as nações da Europa e América do Norte procuram limitar o número de refugiados "económicos" comparado com os requerentes de asilo, a República Democrática do Congo desde 2019, por exemplo, tem acima de 4,5 milhões de deslocados internos e mais de 530.000 refugiados e requerentes de asilo. É prestada atenção inadequada aos enormes esforços dos países africanos, que também se batem com situações de emergência com refugiados, ao mesmo tempo que lutam por equilibrar as suas economias e sociedades de acolhimento.

A intensificação das pressões de deslocação apresenta muitas sociedades africanas com dilemas políticos enormes; a maioria dos países de África estão a tornar-se mais multiculturais, multiétnicos, multi-religiosos e multilingues. Estas mudanças desafiam os governos, o sector privado e a sociedade civil a acolherem e ganharem com esta diversidade, de formas que possam promover valores partilhados, e não como ameaças. Cerca de 70% da migração africana é intra-africana. Procuramos soluções inovadoras para a comunicação com as comunidades, a promoção da coesão social e a autoconfiança, para combater a violência xenófoba. Isto é assunto de todos: Nações Unidas, governos, ONG/I, sector privado, líderes comunitários, mídia e outras partes interessadas, na busca da compreensão e de medidas eficazes contra o abuso rácico, a xenofobia e a discriminação contra as pessoas estrangeiras. Registamos com preocupação que o espaço da sociedade civil está a encolher em algumas partes do mundo. A redução do espaço designado para a sociedade civil assume muitas formas, principalmente em ambientes políticos altamente polarizados e também devido às restrições financeiras.

Não há, evidentemente, qualquer forma de desfazer os abusos vividos pelos refugiados ou de recuperar o tempo que passaram deslocados, mas podemos garantir que iremos ajudar as pessoas a tentar recuperar das suas experiências, através de lhes obtermos as informações sobre os seus direitos e opções legais, e lhes garantirmos o tipo de serviço respeitoso e culturalmente adequado que merecem receber. Vezes sem conta, aqueles que sofreram a maior dor devido a conflitos, perseguições e catástrofes, tanto naturais como provocadas pelo homem, são os mesmos que enfrentam os piores obstáculos no acesso à justiça e às oportunidades sociais e económicas.

Os agentes diferentes são testemunho daquilo que é possível alcançar-se quando as Nações Unidas, as ONG/I, as Fundações e a sociedade civil, os governos, as instituições financeiras internacionais e o sector privado, reunindo a sua experiência e perícia, asseguram que essas pessoas recebem o apoio e a assistência de que necessitam. Este apoio pode tomar a forma

de protecção, acesso a documentação, oportunidades de subsistência, ensino, saúde e outros serviços de um modo digno. Não só a ONU, mas também as ONG/I têm um papel a desempenhar para garantir a igualdade de parcerias que transmitam as suas abordagens em matéria de responsabilização, às pessoas afectadas. Todos os intervenientes irão respeitar e compreender as contribuições uns dos outros, ao mesmo tempo que reconhecem as vantagens e mandatos comparativos, principalmente na execução e promoção da defesa dos direitos.

As Consultas da ACNUR África com as ONG e várias partes interessadas, irão procurar oportunidades e edificar sobre os consideráveis progressos alcançados, na obtenção de soluções para as situações dos refugiados. Iremos explorar a forma como as múltiplas parcerias aos níveis regional e nacional podem contribuir para o Pacto Global sobre Refugiados (PGR/GCR) e o Fórum Global para Refugiados (FGR/GRF), a ser realizado em Genebra, em Dezembro. Os intervenientes irão explorar a forma como os actores regionais e locais e os próprios refugiados poderão ajudar a conceber respostas adequadas.

O primeiro dia irá reunir várias partes interessadas da ACNUR, a Fundação Nelson Mandela (co-organizador), ONG/I, organizações lideradas por refugiados, o Banco Mundial e o sector privado. As sessões dedicadas irão explorar:

- 1) Desafios à protecção: - ensino, processos de asilo, documentação, registo e dados;
- 2) Reforço de parceria operacional:- acordos de financiamento plurianuais, o novo apoio à integridade de parceria por parte do ACNUR, às ONG locais e nacionais, a gestão dos acordos de parceria, e a gestão dos riscos e a ética;
- 3) novos parceiros:- inclusão económica e social, mapeamento de parceiros de desenvolvimento, novos consórcios de parceria, incluindo a ONU, ONG/I, Banco Mundial, o sector privado e a sociedade civil; está agendado um diálogo de alto nível sobre o poder de recuperação e meios de subsistência, com a participação da Fundação Nelson Mandela, o Banco Mundial, as ONG/i e um empresário de refugiados.

O segundo dia está programado para as ONG/I apenas continuarem a perseguir uma conversa mais focada sobre a regionalização, FGR/GRF, bem como questões de parceria com a ACNUR. A implementação do PGR/GCR e o Quadro Abrangente dos Refugiados (CRRF) nos contextos nacionais, será compartilhada. Os debates incidirão sobre as lições extraídas das políticas e a sua aplicação no terreno. O meio dia irá proporcionar uma ocasião única para as ONG/I (na sala e através da plataforma tipo "escaninho", em linha de rede) destacarem questões de preocupação com a ACNUR em Genebra, e as mudanças nas modalidades de parceria previstas pela descentralização dos Gabinetes Regionais. O diálogo irá continuar sobre as responsabilidades a respeito do combate à fraude e outras formas de má conduta, e desenvolvimentos em matéria de simplificação, eficiência e localização implementados através do "grande negócio".

O resultado que se espera obter é um relatório final com recomendações concretas, identificando, ao mesmo tempo, as partes interessadas que possivelmente poderão contribuir para essa meta específica, inclusivamente, no âmbito do Pacto Global sobre

Refugiados. O relatório será levado em consideração juntamente com as consultas anuais entre o ACNUR e as ONG, e será compartilhado com o Secretariado do Fórum Global para Refugiados.

As consultas permitirão a retroacção sobre os princípios de parceria, a partilha de boas práticas e a identificação de formas de organização das ONG/I e dos parceiros, no sentido de haver a implementação do Pacto Global sobre Refugiados.

07 de Agosto de 2019

-X-